

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Cesar Augusto Gomes de Souza

**A TRAJETÓRIA DO NEGRO ATÉ A UNIVERSIDADE E AS DIFICULDADES DO EXERCÍCIO
DA DOCÊNCIA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Rogéria Campos de Almeida Dutra

Juiz de Fora

2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Cesar Augusto Gomes de Souza**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201872074A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A TRAJETÓRIA DO NEGRO ATÉ A UNIVERSIDADE E AS DIFICULDADES DO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA, desenvolvido durante o período de agosto de 2019 a dezembro de 2019 sob a orientação de Rogéria Campos de Almeida Dutra, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Cesar Augusto Gomes de Souza

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

A TRAJETÓRIA DO NEGRO ATÉ A UNIVERSIDADE E AS DIFICULDADES DO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

Cesar Augusto Gomes de Souza¹

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar a questão da inclusão da população negra na sociedade brasileira a partir de uma perspectiva histórica, destacando fatores que contribuíram para as dificuldades enfrentadas por este grupo que ainda refletem na sociedade contemporânea. Em particular, procura apresentar os desafios que se apresentam aos negros em relação a formação e atuação na área acadêmica, abordando temas como seu acesso à universidade, a permanência no curso superior e a atuação como professor universitário.

PALAVRAS CHAVES: negros, sociedade, educação, escravidão.

INTRODUÇÃO

Estima-se que os primeiros africanos escravizados chegam no Brasil por volta de 1538, calcula-se cerca de quatro milhões e oitocentos mil indivíduos transportados da África para a costa brasileira. Esse modelo de escravização teve origem no período medieval, inspirado no “espírito cruzadístico”, sendo legitimado pela bula “Dum Diversas” escrita pelo Papa Nicolau V então papa da época:

“(...) nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades (...) e reduzir suas pessoas à perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores, os reis de Portugal, em perpétuo, os supramencionados reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes (...)”(NICOLAU V, 1452)

Este processo de escravidão foi um modo nunca antes visto, tendo suas raízes fundamentadas sobre o mercantilismo, ressignificando seres humanos em objetos de comercialização. Ocorreu de forma diferente da chamada escravidão da antiguidade, praticada de maneira ampla em toda Europa, Oriente Médio e Ásia, em que o indivíduo poderia se tornar escravo por alguns fatores como dívida, por derrota em conflitos, ou mesmo pela guerra justa². No Império Romano, por exemplo, o escravizado poderia conquistar ou comprar sua liberdade e até mesmo sua cidadania; muitas vezes a ascensão de escravos para cidadãos se dava pelo serviço militar.

A escravidão nas Américas se instituiu de forma ampla, feita em larga escala, extremamente organizada e lucrativa, sendo base econômica das colônias americanas que tinham como principal atividade o plantio de cana de açúcar, algodão e tabaco. A posição geográfica de Portugal favoreceu seu protagonismo no mercado de tráfico de escravos, tornando-se o maior mercador de escravizados da Europa. Esta escravidão, que atravessava o Atlântico, traz como característica específica o fator étnico, ou seja, envolvia as pessoas negras,

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: cesaraugusto.jf@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof Dr.ª Rogéria Campos de Almeida Dutra.

² modelo de pensamento e um conjunto de regras de conduta que define em quais condições a guerra é uma ação moralmente aceitável.

mesmo aquelas que aceitavam a fé cristã. Esse componente étnico foi responsável pela criação de uma estrutura racial, na medida em que transformou pessoas em escravos por conta de sua cor de pele, passando assim esse julgo de geração a geração, tal como uma herança genética.

O continente africano ficou sem recursos humanos em todas as rotas possíveis. Do outro lado do Saara, através do Mar Vermelho, dos portos do Oceano Índico e do outro lado do Atlântico. Pelo menos dez séculos de escravidão para o benefício dos países muçulmanos (do nono ao décimo nono). Depois, mais de quatro séculos (do final do século XV ao XIX) de um comércio regular de escravos para construir as Américas e a prosperidade dos estados cristãos da Europa. Os números, mesmo onde disputam calorosamente, fazem sua cabeça girar. Quatro milhões de escravos exportados pelo Mar Vermelho, outros quatro milhões pelos portos suailis do Oceano Índico, talvez até nove milhões ao longo da rota da caravana transsaariana e de onze a vinte milhões (dependendo do autor) através do Oceano Atlântico.

De todas essas rotas de escravos, o “comércio de escravos” em sua forma mais pura, isto é, o comércio no Atlântico Europeu, atrai mais atenção e dá origem a grande parte do debate. O comércio atlântico é o menos mal documentado até o momento, mas esse não é o único motivo. Mais significativamente, foi dirigido apenas aos africanos, enquanto os países muçulmanos escravizaram negros e brancos. E foi a forma de escravidão que mais indiscutivelmente contribuiu para a situação atual da África. Ele enfraqueceu permanentemente o continente, levou à colonização pelos europeus no século XIX e gerou o racismo e o desprezo dos quais os africanos ainda sofrem. (M'BOLOKO, *The impact of the slave trade on Africa*, 1998)

No Brasil, com a atuação dos grupos abolicionistas e a superação da escravidão, as desigualdades raciais ganharam uma nova roupagem onde os negros ex-escravos passaram se enxergar como libertos, sem contudo, possuir terras ou capital para iniciar uma nova vida. No processo de Abolição da Escravatura, estado brasileiro se comportou como se não tivesse responsabilidade sobre esses indivíduos, não os reconhecendo como cidadãos; a principal questão que se apresentava na sociedade brasileira de então era sobre a indenização dos latifundiários proprietários de escravos e não dos indivíduos vítimas do cárcere:

“A preocupação pelo destino do escravo se mantivera em foco enquanto se ligou a ele o futuro da lavoura. Ela aparece nos vários projetos que visaram regular, legalmente, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, desde 1823 até a assinatura da Lei Áurea. (...) Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para seus próprios interesses. (...) A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política. Era fatal que isso sucedesse”. (MARIGONI, *O destino dos negros após a Abolição*, 2011)

Neste sentido, o processo de escravidão no Brasil torna-se fator fundamental para a desigualdade racial em nossa sociedade, e as diversas dificuldades e barreiras sociais presentes na vida da população negra atualmente; população que sempre fora menosprezada e subestimada, sendo no período colonial a mão de obra negra escrava a principal força de trabalho. Em sua maioria esmagadora o trabalho braçal em lavouras de café, cana de açúcar, algodão e na exploração de minérios e metais valiosos, sendo excluída a possibilidade de demonstrar sua capacidade intelectual. Apesar de sua mão de obra especializada em relação ao plantio e a mineração, essa estrutura se mantém até a atualidade, em que negros ocupam cargos de menor prestígio social e de fácil substituição, não obtendo as mesmas oportunidades que a população branca; não só no âmbito do mercado do trabalho. Essa problemática tem sua gênese na própria trajetória de vida dos negros, onde as oportunidades de estudo são menores,

sendo comum o abandono dos estudos para o ingresso no mercado de trabalho informal e afazeres domésticos.

ONDE SE SITUA A POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

Assim, apesar da Abolição da Escravatura trazer a liberdade aos negros cativos, ela não trouxe consigo nenhuma forma ou ideia de integração dessa população a sociedade, não existindo nenhum projeto pra inclusão ao mercado de trabalho, nem de manutenção de sua saúde e bem estar e muito menos plano de educação dessa parcela da população. O acesso à escolarização dos negros no período pós abolição é obstaculizado através de recursos sutilmente implementados pelo Estado, como por exemplo a necessidade de um responsável para fazer a matrícula do indivíduo, o uso de uniforme, o material didático pago e até mesmo a questão da merenda. Assim, o acesso não era proibido, mas dificultado através desses elementos; e essas ações tem resultados e refletem na sociedade até os tempos atuais. Um exemplo que elucida essa questão é o fato de pretos e pardos estudarem em média dois anos a menos que os brancos:

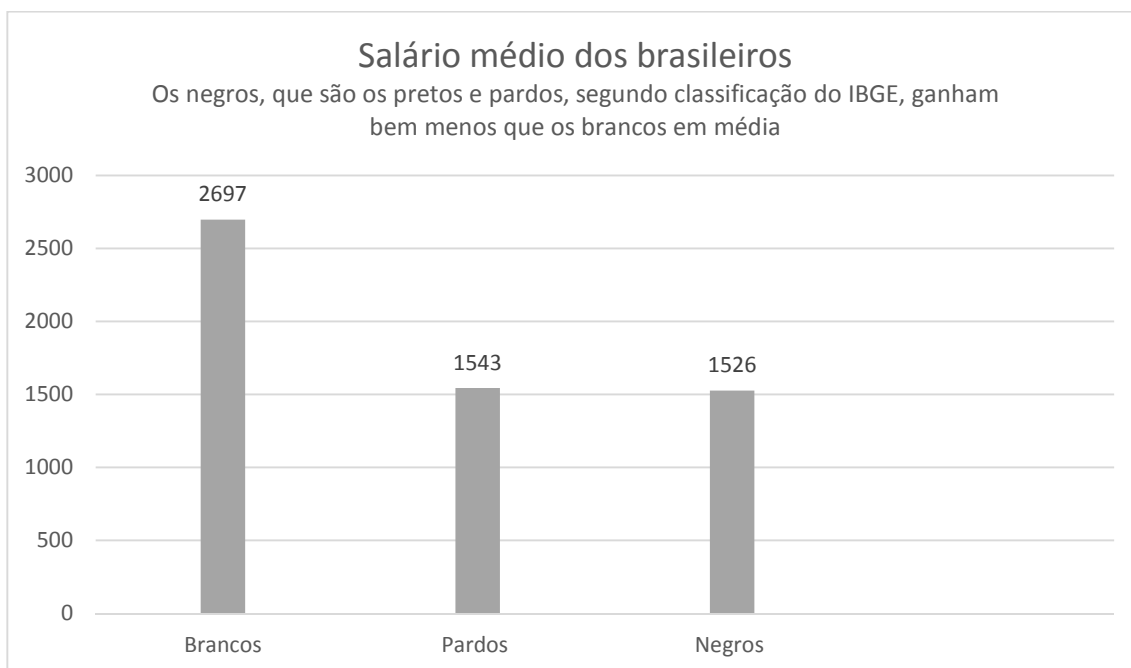
A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2018, foi 9,3 anos. Entre as mulheres, o número médio de anos de estudo foi de 9,5 anos, enquanto para os homens, 9 anos. Com relação à cor ou raça, registrou-se 10,3 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8,4 anos para as de cor preta ou parda. A taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre pretos e pardos (9,9%) do que entre brancos (4,2%), de acordo com a PNAD Contínua de 2016. (IBGE, 2019)³

A principal possibilidade de acesso à educação que os negros possuem, em sua maioria é o acesso via a escola pública, a população negra representa por volta de 33% das matrículas em escolas de ensino privado; já na rede pública se apresenta com maior expressividade sendo a maioria dos matriculados cerca de 56,4%⁴. A qualidade da educação vem melhorando de maneira tímida no decorrer dos anos, pertencendo à educação privada os melhores números de rendimento. A qualidade da educação implica diretamente na competição no mercado de trabalho, refletindo nos níveis de rendimento desta população. Soma-se a este quadro as taxas de evasão escolar que atingem com maior expressividade a população negra:

Em relação à cor ou raça, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 76,5% para as pessoas brancas de 15 a 17 anos, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 64,9%. Apesar de mais baixo, o indicador para pessoas pretas ou pardas foi o único que cresceu de 2017 para 2018, uma variação de 1,4 p.p. [...] para identificar os grupos mais vulneráveis à evasão precoce, portanto, faz sentido excluir da análise aqueles que já completaram o ensino médio. Ao fazer isso, é possível identificar que da população total (dentro ou fora da escola) de homens de 15 a 17 anos, por exemplo, 14% não estudavam e não haviam completado o Ensino Médio. Entre mulheres, a proporção é de 12%. Essas proporções são maiores entre negros (16%) do que entre brancos (10%). (PNAD Contínua, educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem, 2018)

³ Os dados mais recentes encontrados referentes a porcentagem de alunos negros no ensino privado e público, são dados de um pesquisa liberada no ano de 2005, esse fato é um ótimo exemplo de como o assunto educação é tratado no Brasil atual, ignorando as desigualdades de toda forma, reafirmando um discurso o qual viveríamos na tão falada “democracia racial” mas acredito que quando vemos esse tipo de descaso com a educação e com a população negra podemos perceber que não estamos vivendo nesse paraíso igualitário.

Por outro lado, existe a barreira do racismo no mercado de trabalho que impede indivíduos de cor se desenvolverem em suas carreiras e ocuparem cargos de maior prestígio social e profissional. No que se refere às atividades de grandes empresas, podemos observar que os setores de Recursos Humanos de seleção e contratação de pessoal ainda seguem um padrão estético na escolha de indivíduos, privilegiando um “padrão comercial”, que no imaginário do mercado seria o homem branco. Assim, pessoas negras com qualificação igual ou superior a pessoas brancas são relegadas em prol da contratação de um indivíduo com a estética “padrão”. Identifica-se barreiras significativas para a ascensão e mobilidade dos negros na carreira profissional, fazendo-se necessário intervenção estatal através de conscientização e ações afirmativas. Pessoas negras recebem remuneração cerca de R\$ 1,2 mil a menos que os brancos em média.



Fonte: Pnad Trimestral, 4º semestre de 2017, IBGE

Em sua maioria, a população negra é contratada para cargos de alta rotatividade e fácil substituição, como atendente de telemarketing, atendimento primário de público no setor de comércio e serviços, entre outros. Os negros também são representados de forma mais expressiva no mercado informal, conforme apontam os dados da publicação Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça:

Quando se combinam as desigualdades de gênero e raça, percebe-se que as diferenças se acentuam: enquanto, em 2009, os homens brancos possuíam o maior índice de formalização (43% com carteira assinada), as mulheres negras apresentavam o pior (25% com carteira assinada).[...]As mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços sociais (cerca de 34% da mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos). Já os homens, sobretudo os negros, estão sobrerrepresentados na construção civil (em 2009, este setor empregava cerca de 13% dos homens e menos de 1% das mulheres). (Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 2011)

A revista ainda aponta a taxa de desocupação, que se refere a pessoas que estão desempregadas, mas em busca de emprego:

A taxa de desocupação – que mede a proporção de pessoas desempregadas, mas em busca de emprego – aponta um aumento do desemprego para homens e mulheres quando comparamos os intervalos de 1995 a 2009 (embora não seja uma evolução progressiva, mas descontínua, sendo que o ápice remete a 1999). A taxa de desocupação dos homens passou de cerca de 5%, em 1995, para, aproximadamente, 6%, em 2009, ao passo que, para as mulheres, o resultado variou de cerca de 7% para 11%, em relação aos mesmos intervalos considerados. O desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%) (Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 2011)

A possibilidade de ingressar no ensino superior também é mais difícil para pardos e pretos. Como já vimos, os níveis de escolaridade dessa parcela da população são menores, fazendo com que a disputa por uma vaga na universidade pública se torne mais difícil. Os programas de financiamento e distribuição de bolsas de estudo contribuíram no acesso, mas ainda não são suficientes; apesar de possibilitar o ingresso no ensino superior, nem sempre possuem juros baixos, resultando no risco de endividamento e desistência, uma vez que é esta população que recebe os piores salários. Como referido anteriormente, a política de ações afirmativas possibilitou uma pequena alteração neste quadro. A implantação de cotas em concursos públicos e no ingresso às universidades podem ser compreendidas como uma conquista do movimento negro, acenando para a possibilidade de termos, a longo prazo, uma sociedade mais igualitária:

Em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior – que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade – era de 5,8%, chegando, em 2009, a 14,4%. Neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros. Em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%. A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%. As políticas de expansão das universidades, o Prouni, as ações afirmativas e outras políticas têm contribuído para os avanços nesta área, no entanto, as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negros/as explicam a discrepância dos dados. (Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 2011)

Apesar das dificuldades como a insistente manutenção do racismo institucionalizado⁵, a falta de respeito em relação as cotas, e alto índice de fraudes⁶, as ações afirmativas vem se mostrando extremamente benéficas e eficazes:

[...] no ano de 1992, apenas 1,5% dos jovens negros nesta faixa etária estavam na universidade. Em 2009, eram 8,3 %. Entre os jovens brancos, as matrículas líquidas triplicaram no mesmo período – de 7,2% para 21,3%. A frequência dos jovens negros na universidade, que correspondia a 20,8% da frequência dos brancos em 2002, passou a corresponder a 38,9% em 2009. (Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 2011)

Outro fator que contribui para a exclusão dos negros ao ensino superior é a disparidade no currículo entre as escolas privadas e públicas, no que se refere ao ensino fundamental,

⁴ Racismo institucional é qualquer sistema de desigualdade que se baseia em raça que pode ocorrer em instituições como órgãos públicos governamentais, corporações empresariais privadas e universidades (públicas ou particular). O termo foi introduzido pelos ativistas Stokely Carmichael e Charles V.

⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/09/24/ufjf-investiga-mais-de-50-denuncias-de-fraude-no-sistema-de-cotas.ghtml>> Acessado em 10 de outubro 10h.

fazendo com que indivíduos que não tiveram acesso à educação de alto nível passem por problemas de adaptação. Um exemplo muito comum é o domínio da língua estrangeira requerido em cursos superiores para se ter acesso a bibliografia internacional. Esta prática se ancora na suposição de que o domínio da língua estrangeira seja habilidade comum a todos os alunos; o que não é uma realidade, já que o acesso à escola de línguas é bem restrito a indivíduos possuidores de rendas mais altas. As aulas de inglês e espanhol, que são as línguas mais comuns em colégios públicos, não são ofertadas no número de aulas suficientes para proporcionar ao aluno sua fluência.

DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

A partir do estudo e investigação desse material podemos enxergar alguns aspectos da realidade vivenciada pela população negra no Brasil, o que vai se refletir na presença dos docentes negros no espaço universitário. Com a emergência das ações afirmativas e as cotas em concursos públicos os negros começaram a ter maior presença na universidade; não só na formação do corpo discente, mas também como professores. A necessidade da implementação de ações afirmativas já era destacada por vários intelectuais negros desde os anos 50:

Chamo a atenção para o Congresso de 1950 porque a luta pelas ações afirmativas e as cotas nas universidades começou no Brasil no Jornal Quilombo, que foi um jornal publicado em 1949 e 1950 pelo grupo de Abdias do Nascimento. Um desses pontos era que, enquanto não se universalizasse a educação pública no Brasil, seria necessário que os estudantes negros entrassem como bolsistas do Estado, na verdade antecipando o que o MEC agora propõe como resposta a essa velha reivindicação. Ou seja, uma forma de ações afirmativas, parecida com a idéia de uma bolsa de estudos para jovens negros, foi colocada em 1949 pelo jornal Quilombo. Conforme ocorrera no anos 30, também nos anos cinquenta esse assunto encerrou, não houve um avanço institucional por parte da elite para incorporar a demanda negra por inclusão no sistema educativo. (CARVALHO, Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: Um Desafio para as Universidade Brasileiras. 2005)

Na época, a ideia de “democracia racial” era amplamente disseminada, promovendo o silenciamento de intelectuais negros que a ela se opunham, apontando que a perspectiva de Gilberto Freyre apresentava uma visão muito romantizada da colonização portuguesa no Brasil. Ele acreditava que os portugueses seriam indivíduos móveis, “flexíveis”, partindo de um país com espaço geográfico reduzido e população em pequeno número e já miscigenada com africanos, devido a invasão muçulmana que ocorreu durante o século VIII na Península Ibérica. Freyre acredita que a colonização portuguesa ocorreu de forma diversa a colonização de outros territórios, já que os portugueses se casavam com mulheres nativas, tinham filhos, formavam família; diferentemente dos espanhóis que massacraram os nativos de suas colônias. Para este autor, a colonização do território brasileiro permitiu o contato próximo entre brancos europeus, negros africanos e nativos indígenas, fomentando um processo único de miscigenação que estruturou a sociedade brasileira. Contudo, esta perspectiva não contempla de forma suficiente a questão da degradação racial, a violência com negros e índios, ocorrida no processo de escravidão:

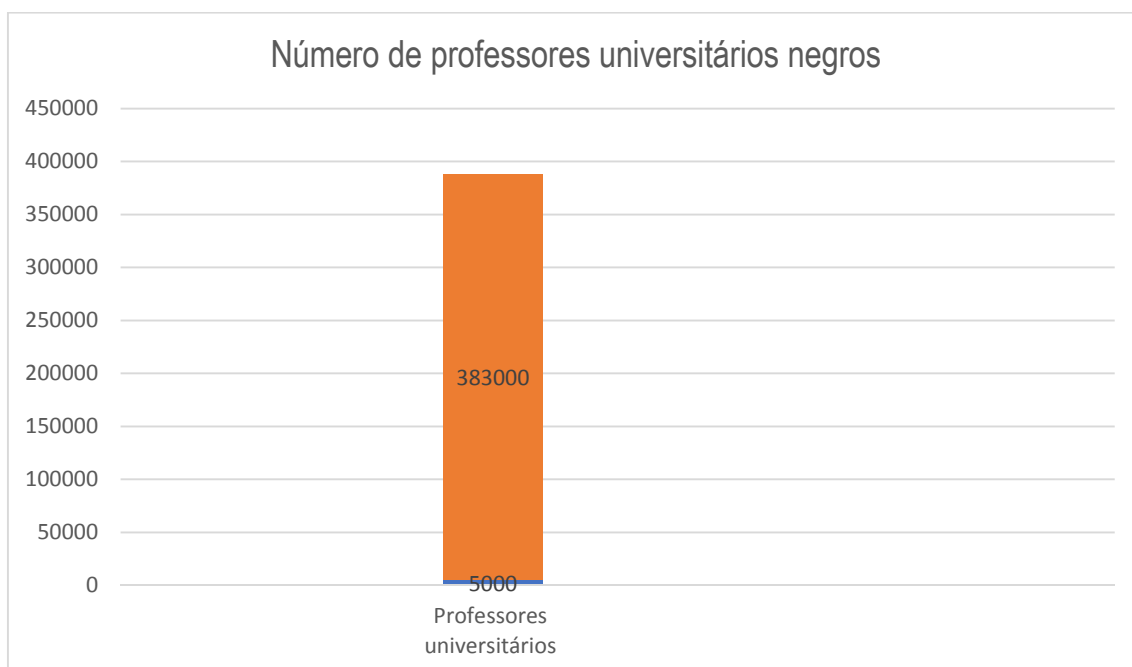
“Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, a do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua

economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone.” (FREYRE, 2003. p.160)

Em 2000 os professores negros representavam menos de 1% do contingente de professores universitários, de acordo com o pesquisador José Jorge de Carvalho, autor da proposta de cotas para negros e índios na universidade de Brasília:

No momento presente, nós temos em média 0,5% de professores negros nas universidades públicas brasileiras. Em algumas, isso chega a um escândalo como o da USP que é de 0,2%. De 4700 professores, nós não contamos 10 professores negros em toda a USP. A Universidade de São Carlos tem 670 professores e tem 3 professores negros, isso chega também a 0,2 %. A UnB tem 1500 professores tem 15 professores negros, é 1%. A maioria chega a 1% como teto. [...] De todos 12 os professores universitários, temos apenas 1% de negros e nenhum índio. (CARVALHO, Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: Um Desafio para as Universidade Brasileiras. 2005)

Essa situação não apresentou grandes mudanças já que dos trezentos e oitenta e três mil professores universitários, tanto de redes públicas quanto particulares, apenas cinco mil se declaram pretos ou pardos, isso representa por volta de 1,34% da categoria:



Fonte: Inep

Se adicionarmos o elemento gênero a situação se mostra ainda mais complicada:

Uma das entrevistadas desta pesquisa nos informou que na Universidade particular em que trabalha, na cidade de Sorocaba – SP, estão 328 professores no total, compostos por 191 homens e 137 mulheres. Esses dados demonstram, atuando como professores universitários nesta instituição, o contingente de 58,23% de homens e 41,77% de mulheres. Contudo, é importante destacar pelo tema deste estudo, que nesta amostra encontramos apenas 03 professoras negras exercendo a docência universitária, representando 0,91 % em percentuais em relação aos números totais de professores (as) nesta universidade privada. (CRISOSTOMO; REIGOTA, Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. 2010)

Esses indivíduos após superar diversas barreiras sociais e econômicas, conseguindo adentrar o cargo de professor universitário ainda sofrem múltiplas violências no seu dia a dia:

Quando comecei a dar aula no ensino médio (em uma escola da periferia de Niterói, ao pé de uma favela) ... entrei com a ideia de que, sendo quem eu era, com a minha história, eu moveria mundos e fundos. Não foi bem assim. Eles não estavam nem a para quem eu era. Queriam a nota deles ao final e ponto... E foi a primeira vez que aconteceu uma questão que viria a se repetir em outras ocasiões, inclusive quando dei aula na graduação da USP. A primeira vista, isso iria se repetir em vários momentos, a primeira reação dos alunos e, particularmente, dos alunos negros, era uma reação de muita agressividade comigo. Sempre foi. E aquela coisa mesmo de desqualificar você ali na frente quem é você que está dizendo isso a pra gente? quem é você que está dizendo que a sua experiência é boa?. Foi a primeira vez que eu comecei a pensar, me questionar, qual era o meu papel ali, sendo uma mulher negra, com a trajetória muito parecida com a daqueles meninos. Passei a interpretar que a minha presença ali aparecia para eles como uma possibilidade real e assustadora. Então a verdade que você tem que estudar, que você chega lá? Então seria verdade isso, se você estudar você chega lá? ...Na USP se repetiu a experiência de enfrentamento dos alunos. Alguns alunos pararam a aula e, agressivamente, se colocaram contra o curso que eu havia estruturado, vi que o que estava sendo colocado em xeque era a minha condição como mulher negra, com a trajetória que eu havia realizado, frente aquela classe e aqueles alunos também oriundos de família de elite. (PIRES, 2014, p.78-79.)

O depoimento da professora Ana Paula Silva, ilustra muito bem como o negro é enxergado por seus pares, muitas vezes como uma pessoa não portadora de competência, sendo questionado sobre sua formação e preparação, como se o indivíduo negro não fosse capaz intelectualmente de se alcançar a posição de professor e pesquisador.:

“Uma vez, um aluno que acompanhara meu curso disse para mim que nunca imaginou que uma pessoa assim teria condição de ensinar alguma coisa. Falou desse jeito: uma pessoa assim. Em todas essas situações eu aproveitava para refletir com os alunos sobre esses fatos.”. (PIRES, 2014, p.78.)

Os negros ainda passam por situações de exclusão e solidão, em que se vêem pouco representados dentro das salas de aula; muitas vezes o único indivíduo de cor ou em pequeno número, dois ou três. Além do sentimento de isolamento há a surpresa ou espanto, já que em sua maioria a realidade dos indivíduos brancos difere demasiadamente dos negros:

Para o pessoal da minha geração, com nossa experiência de vida, chegar à Universidade era muito difícil, era algo muito distante, não um horizonte a ser alcançado. Você está em um espaço [a universidade] onde não há um grupo de solidariedade. Nos meus 4 anos de graduação, eu era o único aluno negro das Ciências Sociais da Unicamp. Como era curso o dia todo, quem estudava lá não trabalhava, não podia, não precisava. A maioria não precisava, tinha tempo só para estudar e nas férias viajava para a Europa. Essa solidão que a gente vive que resulta em muitas dificuldades, consequências ruins... (PIRES, 2014, p.77.)

Podemos identificar, igualmente, as dificuldades vivenciadas por estes pesquisadores nas próprias instituições em que atuam. Muitas vezes os projetos de pesquisa propostos por professores negros ou que possuam temáticas afro-brasileiras não recebem a real importância que merecem:

Os obstáculos com que se deparam professores universitários negros no interior da academia passam muitas vezes pelo não reconhecimento dos alunos (e mesmo sua oposição) sua condição docente, às resistências encontradas nos seus departamentos e mesmo nos impedimentos e invisibilização de seu trabalho de pesquisa, como podem atestar depoimentos obtidos por Praxedes. Como aponta CBRS, muitas vezes docentes negros não encontram apoio para suas pesquisas,

nem interlocutores para suas demandas no interior da Universidade. (PIRES, 2014, p.81.)

É muito comum também os professores negros serem associados a cargos de menor prestígio social dentro das universidades, muitas vezes sendo confundidos com funcionários responsáveis pela limpeza e manutenção do espaço, já que esses cargos normalmente são ocupados por indivíduos negros:

“Hoje uma senhora me parou na rua e perguntou se eu fazia faxina. Altiva e segura, respondi: Não. Faço mestrado. Sou professora. Da boca dela não ouvi mais nenhuma palavra. Acho que a incredulidade e o constrangimento impediram que ela dissesse qualquer coisa” (BASILIO, 2017.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei este trabalho pelo estudo e pesquisas sobre o processo de escravidão pelo Atlântico, esse processo que se decorreu no Brasil e grande parte do continente americano, acontece em moldes o qual nunca antes fora observado no mundo; um processo de desqualificação e desumanização do indivíduo escravizado, objetificando negros como máquinas de trabalho braçal, sendo obrigados a suportarem todo tipo de abuso e violência. Após três séculos desse processo emerge grupo de intelectuais abolicionistas que, juntamente com o interesse inglês capitalista de transformar escravos em mercado consumidor, traz o fim da escravidão. Esta, contudo, ocorre de modo nada reparador em relação aos ex-escravos, sendo expulsos das fazendas de café e cana de açúcar, colocados sem rumo nas ruas sem moradia, alimentação ou educação, gerando as problemáticas e complicações que possuem efeitos que ainda ecoam em nossa sociedade. A baixa escolarização de pretos e pardos resulta em disputas desiguais no mercado de trabalho, fazendo com que a população negra ocupe os cargos de menor valorização econômica e social.

As ações afirmativas representam o reconhecimento por parte da sociedade brasileira da dívida histórica que temos com o povo responsável pela construção desse país, colocando-nos no caminho para uma sociedade mais igualitária.

Mesmo após vencer as diversas dificuldades no trajeto e conseguir ingressar em uma universidade, os negros enfrentam outras barreiras sociais dentro das instituições, a luta por sua permanência na universidade é diária, muitas vezes tentando conciliar a vida no mercado de trabalho e a vida acadêmica; a jornada até o diploma se mostra longa e desgastante, em que muitos desistem,. E quando os negros retornam ao ensino superior, dessa vez como parte do corpo docente enfrentam novos desafios. Assim, podemos concluir, que apesar dos esforços representados pela implementação das Ações Afirmativas, a sociedade brasileira não está preparada para ver negros exercendo cargos de poder e influência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação e Identidade dos Negros Trabalhadores Rurais do Limoeiro. Porto Alegre: Tese de Doutorado. UFRGS, 1987

GARCIA, Maria de Fátima; SILVA, José Antonio Novaes da. Africanidades Afrobrasilidades e processo (des) colonizador, Contribuições à implementação da Lei 10.639/03, UFPB, 2018.

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. Caminhos da Liberdade, Histórias da Abolição e do Pós Abolição no Brasil, UFF, 2011.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. Docentes Negros na Universidade Pública Brasileira: Docência como Resistência e Luta. Unicamp, 2014.

SANTOS, Anderson Oramisio; OLIVEIRA, Camila Rezende; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GIMENES, Olíria Mendes. A História da Educação de Negros no Brasil e o Pensamento Educacional de Professores Negros no Século XIX. Pontifícia universidade Católica do Paraná, 2013.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição, Global Editora, Recife, 2003.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 1ª edição digital. São Paulo, 2013.

CARVALHO, José Jorge de Carvalho. Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: Um Desafio para as Universidade Brasileiras. Brasília, 2005.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. 2010

M'BOLOKO, Elikia. The impact of the slave trade on Africa, 1998. Disponível em: <<https://mondediplo.com/1998/04/02africa>> Acessado em 5 de outubro 16h00.

SOCIAIS, Estatísticas. PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem> Acessado em 7 de outubro 19h00.

BASILIO, Ana Luiza. "Você faz faxina? Não, faço mestrado. Sou professora". **Carta capital**, Minas Gerais, 20 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/voce-faz-faxina-nao-faco-mestrado-sou-professora/> Acessado e 20 de outubro 11h35.

IPEA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 2011, Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> Acessado em 15 de outubro 14h18.